



SEXUALIDADE NOS ESTUDOS DE GÊNERO: ABISMO TEÓRICO OU RESISTÊNCIA FEMINISTA?

Anderson Fontes Passos Guimarães¹
Co-autora: Nancy Rita Ferreira Vieira²

Resumo: Este artigo trata-se de uma revisão de literatura acerca de como o tema da sexualidade tem sido tratado pelos Estudos de Gênero. Faz-se uma breve introdução sobre o surgimento do movimento feminista e de seus temas mais abordados a respeito da época, e como esse fenômeno mascarou a falta de discussão sobre as sexualidades. Dando ênfase numa visão da sexualidade como um produto da cultura e do processo sócio-histórico, ou seja, compreendendo as sexualidades com seus valores e expressões associadas às práticas sociais, e como um fenômeno histórico, social e cultural, produto da atividade humana. Por fim, demonstramos como a Teoria *Queer* articula questões ligadas às sexualidades, e como ela pode ser aliada para junto ao feminismo repensar antigos conceitos e propor novas formas de ações políticas.

Palavras-chave: Sexualidades; Feminismo; Gênero; Teoria *Queer*.

1 INTRODUÇÃO

O movimento feminista durante as décadas de 60 e 70 do século passado caracterizou-se principalmente pela intensa produção intelectual e com o surgimento do conceito de gênero. Este período, denominado de Segunda Onda, teve uma importância muito grande ao desestabilizar as formas tradicionais de pensamento quando problematizou o “ser mulher”, as relações sociais entre mulheres e homens e as relações de poder existentes nessa dinâmica social (LOURO, 1997).

A partir daí, então, a produção teórica do feminismo, que inicialmente tinha investido esforços para explicar a subordinação das mulheres, voltou-se para desmistificar a marca do biológico como determinante para atribuir características e capacidades específicas para mulheres e homens (LOURO, 1997). Dando maior destaque a estes atributos como produto da história e da cultura, tratando-se, portanto, de construções sócio-históricas e não de idéias essencialistas atribuídas a cada um dos sexos.

¹ Psicólogo, Mestrando em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/NEIM-UFBA. E-mail: fontes_psi@hotmail.com

² Doutora em Letras e Linguística; Professora Adjunta da UFBA. E-mail: nancyvieira@ufba.br

Nos idos de 1960 e 1970, o movimento feminista fez-se ouvir com maior volume, buscando ampliar o questionamento da desigualdade entre os sexos. A teoria feminista se desenvolveu enquanto estudo acadêmico, denunciando e lutando pela destruição do mito da inferioridade natural da mulher e de sua exclusão na história.

Segundo Gabriela Hita (2002), desde o século XIX até os anos 60 do século passado, as grandes preocupações do movimento feminista giravam em torno da possibilidade de superar diferenças que se traduziam em desigualdades, representados nos estados de opressão/ exploração pelos grupos dominantes. Nesta fase, o feminismo comungava dos ideais revolucionários burgueses de “Igualdade, Fraternidade e Liberdade”, provocando uma tendência de esquecimento das diferenças, até então consideradas naturais, entre mulher e homem.

Este foi o momento de demonstrar que mulheres e homens são humanos, com os mesmos direitos, e de reacender o caráter de ‘humanidade’ das mulheres. A classe trabalhadora e as correntes socialistas adotavam esta bandeira e acabava menosprezando categorias como a de raça e gênero em detrimento do privilégio dado à categoria classe nas suas conquistas e lutas pela “Igualdade” (HITA, 2002).

Num outro momento, já por volta dos anos 60 do século XX, as preocupações feministas deslocam-se da garantia pela igualdade para debruçar-se com a questão da identidade. Era, então, necessário afirmar as diferenças e especificidades do gênero, é neste período que surge o conceito de gênero, entendido como conjunto de fatores psicológicos, culturais e sociais que distinguem mulheres e homens (CONCEIÇÃO, 2009). Nesta fase do feminismo, não era reivindicado apenas direitos universais, mas principalmente os direitos específicos de mulheres, uma vez que era reivindicado o direito à “diferença” em relação ao homem. A luta era pela “diferença” no singular. “Os trabalhos produzidos neste período tinham a preocupação em explicar as causas da opressão feminina, da subordinação da mulher na história do patriarcado” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 740).

Esta problemática referente à “Diferença” continuou nos debates e começou a ficar cada vez mais complexa. Os argumentos foram que não bastava tratar apenas das diferenças da mulher em relação ao homem, mas também das diferenças entre os diversos tipos de mulheres dentro do movimento. Deixava-se, então, de falar em mulher no singular para falar de mulheres na sua grande pluralidade, e ainda de “Diferença” para “Diferenças” no plural.

Tanto as produções intelectuais quanto as ações do movimento se pautaram na construção conceito de gênero e nas demais questões que isso suscitava, como: poder, estado, direitos, política, público/privado, cidadania, entre outras. A eleição da sexualidade como tema que merecesse destaque e atenção nos seus estudos e debates, talvez tenha surgido um pouco tardiamente e mesmo assim muito menos representado pelo feminismo (MACKINNON, 2001), mas antes por conta de uma intersecção de conhecimentos, como por exemplo, pelas teorias pós-modernas e pelos Estudos Culturais, a partir dos anos 80 e 90.

Não que o feminismo tenha se privado de contribuir para questionar e desconstruir padrões de comportamentos ditos femininos e masculinos, muito pelo contrário, a partir das contribuições que o pensamento feminista trouxe para o campo das Ciências Sociais que foi possível enxergar estas posições não mais como dadas e naturais, e sim como construções históricas carregadas de convenções e valores culturais. Como cita Carole Vance (1995, p. 10): “os esforços feministas se concentraram em uma revisão crítica das teorias que usavam a reprodução para ligar o gênero com a sexualidade, explicando dessa forma a inevitabilidade e a naturalidade da subordinação das mulheres”.

O Feminismo dedicou-se muito mais pela conquista de espaços e pela produção de discursos que empoderassem as mulheres, e com isso, a conquista de direitos e a garantia do seu reconhecimento social do que pela problematização das possíveis formas de sexualidades e pela desconstrução do pensamento tradicional que vinculava determinada vivência da sexualidade a um sexo com características específicas do gênero, só houve mais recentemente com as/os teóricas/os pós-modernas, a exemplo da teoria *Queer* (DE LAURETIS, 1991).

2 SEXUALIDADE: UMA CONSTRUÇÃO HUMANA

O tema da sexualidade, então, parece seguir o mesmo caminho trilhado dentro do campo científico em geral. Se antes se encontrava num estado de “entranhamento”, misturado nas convenções sociais, somente mais tarde, no final do século XIX e início do século XX, que ele é visto com algum afastamento e envolvido com valores cosmológicos, como liberdade, individualidade e satisfação, visto como algo em si, como um “ente da razão moderna” (DUARTE, 2004). Para Carole Vance (1995), mesmo a Antropologia, com todo seu interesse e competência no tema, foi muito tímida e inadequada na investigação da sexualidade.

Luis Fernando Duarte (2004) considera como o “desentranhamento” esta preocupação do saber científico que deu à sexualidade o *status* de “ente da razão moderna”, ou seja, ela é eleita como objeto de estudo com grande merecimento de pesquisa e de valor científico, e como algo de existência própria. Compreendida assim, como um campo do saber, no qual as ciências estimulam a produção do conhecimento num exercício de dizer a verdade sobre o sexo, e através do qual diversas áreas do conhecimento irão se comunicar, ditando normas e regras a fim de falar como o sexo deve funcionar, a então chamada *scientia sexualis* (FOUCAULT, 2006).

Como grandes contribuições para a criação da *scientia sexualis*, podemos citar o trabalho de Krafft-Ebing com a medicalização da sexualidade e a teoria de Freud (DUARTE, 2004). Temos ainda a historicização da sexualidade em Michel Foucault (2006) e como talvez o maior contributo enquanto esforço da criação de uma *scientia sexualis* o projeto de Alfred Kinsey na primeira metade do século passado (GROSZ, 2003).

Com o advento da *scientia sexualis*, as teorias da sexualidade assumem duas principais posições: a fisicalista/essencialista, que entende a sexualidade como fenômeno da natureza humana e instinto biológico, associada à reprodução humana e originada do fisiológico; e a social/construcionista, que compreende a sexualidade com seus valores e expressões associadas às práticas sociais, e como um fenômeno histórico, social e cultural (DUARTE, 2004; PARKER, 2001).

Gayle Rubin (1984) nos coloca a sexualidade como um produto da atividade humana, carregando em si uma esfera política e diversas formas de opressão. A análise da sexualidade deve ser realizada de modo que ela não seja vista como num entrelace comum e natural com o gênero, pois, embora possam ser encontrados muitos pontos convergentes entre os dois, trata-se de sistemas distintos (VANCE, 1995). O exame dessa relação precisa focalizar em compreender “como o gênero e a sexualidade se organizam e inter-relacionam no âmbito de relações sociais mais amplas” (VANCE, 1995, p. 12).

De acordo com Gayle Rubin (2003), sexualidade e gênero eram fenômenos que demandavam análises próprias ainda que mantivessem pontos comuns. Para esta autora, as teorias do gênero não podem explicar a sexualidade, muito menos as da sexualidade podem explicar o gênero. Tendo isso em vista, faz-se importante tanto o estudo da sexualidade quanto do gênero, considerando as influências que ambos terão um sob o outro, mas garantindo a legitimidade de um campo de estudo que não os tratem como

sendo a mesma coisa ou que dê validade às argumentações que tratem de um para falar do outro.

Michel Foucault (2006), na sua definição de sexualidade, nos traz a idéia de que a sexualidade nada mais é do que um dispositivo histórico que se traduz em uma grande rede superficial (em oposição a uma realidade subterrânea apreendida com dificuldade), na qual estão encadeados uns nos outros “a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, e o reforço dos controles e das resistências, através de determinadas estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 2006, p. 100).

Catherine MacKinnon (1982) traz ainda a sexualidade enquanto uma forma de poder. Este sistema é organizado de tal forma que recompensam e incentivam alguns indivíduos ao mesmo tempo em que desestimulam e punem outros. Esse sistema sexual tem sido um permanente objeto de luta política, de dominação e de controle, embora esses conflitos sexuais sejam inteiramente camuflados.

Assim, a noção de sexualidade conduz à constatação de que esta se insere em um universo de símbolos, signos, conceitos, normas, padrões, etc., no qual a significância de certos elementos não pode ser desprezada, como expressões verbais, idéias, ícones e mesmo o próprio ritual e a fantasia em relação ao corpo.

O dispositivo de sexualidade surge a partir do final do século XVIII, visando ao controle e ordenamento da população, pela tentativa de estabelecimento do diálogo com outros campos de conhecimento, a fim de se constituírem regras e normas a serem sustentadas por instituições jurídicas, religiosas, pedagógicas e médicas (FOUCAULT, 2006).

A sexualidade humana manifesta-se através de padrões culturais historicamente construídos e determinados, sendo que a sociedade se incumbe de reforçá-los. Ao longo da nossa história, a sexualidade pôde ser vivida e experienciada por culturas e períodos de abertura sexual, intercalados por outros momentos de recato e de privações sexuais (FOUCAULT, 2006).

Corroborando com essa idéia, Gayle Rubin (1984) insiste numa visão da sexualidade como um produto da cultura e do processo sócio-histórico, acusando que o contrário, ou seja, que se o aspecto biológico ou da natureza da psique for considerado primordialmente como concebendo a sexualidade, esta permanecerá inacessível a uma análise política.

Quanto à questão de considerar o aspecto biológico como primordial para definir algo, as feministas derrubaram esta tese com maestria e admirável investimento teórico ao construir a idéia do conceito de gênero. Embora não haja um consenso para o entendimento deste conceito, todas concordam que se trata de uma construção sócio-histórica, e que, portanto, os aspectos da biologia referem-se a um aparato em que a cultura impregna seus conceitos e valores (SAFIOTTI, 1992).

3 GÊNERO, SEXOS, SEXUALIDADES... FEMINISMO

A teoria geral sobre as questões que envolvem o gênero pode ser mais largamente entendida não pelas suas confluências, mas pelos seus pontos de discussão, começando pela própria indefinição precisa do que seria entendido como “estudos de gênero”, do ponto de vista científico.

Para a historiadora feminista Joan Scott (1988, *apud* KOFES, 1993), gênero é uma categoria analítica, cujo objeto de estudo seria a diferença sexual, como acrescenta Elizete Passos (1999, p. 54): trata-se de “uma categoria de análise importante que atravessa quase todos os níveis do social, incluindo: a família, o trabalho, o prestígio, a idade, etc.”. Já a antropóloga Marilyn Strathern (1988, *apud* KOFES, 1993), por sua vez, não entende gênero como uma categoria analítica, antes, como categorias de diferenciação, isto é, deveria ser visto como as categorizações de pessoas, artefatos, eventos, sequências e tudo o que desenha a imagem sexual, por meio do qual as diferenças entre o feminino e o masculino seriam desenhadas nas idéias das pessoas para fins de efetividade das relações sociais.

Não obstante os pontos de vista citados acima, é possível afirmar que estudar o gênero seria tomar como ponto de partida a organização social da diferença sexual. Não se trata de apenas se falar das diferenças físicas e naturais entre mulheres e homens, mas, sim, “gênero seria o conhecimento que estabelece significações para diferenças corpóreas”, pois “as diferenças entre os sexos constituem um aspecto primário da organização social, e [...] estas diferenças são fundamentalmente culturais” (KOFES, 1993, p. 21).

Simone de Beauvoir (2002) questiona se há de fato o que se categoriza como o ser chamado de “mulher”, pois, segundo ela, nem todo “ser humano fêmea” deve ser considerado, mulher. Tal qual o homem, toda mulher é um ser humano, porém, cada ser está situado em sua singularidade. Segundo de Beauvoir (2002, p. 13): “Se a função da

fêmea não é suficiente para definir a mulher, se recusarmos também a explicá-la pelo eterno feminino e, se admitirmos, pelo menos provisoriamente, que há mulheres na terra, nós temos então que nos colocar a questão, o que é uma mulher?”.

É preciso entender que os termos ‘mulheres’ e ‘homens’ trazem consigo construtos sociais, carregados de valores de cada cultura, e que muito antes de servirem para identificar quem possui uma vagina ou um pênis, estes termos por serem construções sócio-históricas, podem ser flexibilizados e negociados para um sexo ou para o outro.

A noção de identidade é um dos principais alvos da crítica pós-moderna, vindo a ganhar terreno a partir da categoria de gênero e sua dimensão relacional no processo de constituição das diferenças sexuais (PINO, 2007). Para Margareth Rago (1998, p. 28), “a categoria relacional do gênero *elimina* a preocupação de fortalecimento da identidade da mulher, ao contrário do que se visava inicialmente com um projeto alternativo de uma ciência feminista”. Assim, com os estudos de gênero, parte do campo teórico feminista se distancia dos objetivos iniciais feministas, isto é, o projeto de emancipação das mulheres, deixando de lado as preocupações com a centralidade do sujeito para a realização desta ação.

É nesse ponto que surgem as críticas de algumas correntes teóricas do feminismo, ao uso, pelo menos de forma exclusiva, da categoria de gênero, especialmente no seu aspecto relacional, exatamente porque esta “elimina” a idéia de fortalecimento da identidade mulher e rejeita qualquer proposição de um “sujeito mulher”. Sem este, conseqüentemente, não pode haver movimento feminista, isto é, não pode haver um movimento “*de mulheres*” que, sendo sujeito, movimente e transforme o real, produzindo revoltas contra a experiência histórica de subordinação e opressão das mulheres (COSTA, 1998). Para Gabriela Hita (2002), se não há sujeito da transformação da situação histórica das mulheres, o que restaria a estas seria apenas aceitar “a vida como ela é” ou voltar à idéia de que “a anatomia é o destino”.

Tereza de Lauretis (1991) discute a naturalidade da noção de gênero, afirmando que, ao contrário, é este também uma representação que interfere de maneira substancial na sociedade, transformando indivíduos concretos em escravos do ser homem e do ser mulher, em uma oposição constante e cartesiana. Para a autora, o conceito de gênero deve ser relacionado à raça e à classe, pois, para ela, “embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade” (DE

LAURETIS, 1991, p. 211), devido à característica de formação cultural (e artificial) do gênero, por isso ainda incluo a orientação sexual como categoria importante a qual também deve ser relacionada ao gênero, por se tratar de uma dimensão na qual seus significados variam fortemente de uma cultura para outra.

Com isso, podemos pensar em um sistema de sexo-gênero para além do simples construto social e cultural, vindo a ser, especificamente, um sistema de representação que atribui significados a seres de uma sociedade, já que determina papéis e designa valores hierárquicos, como o masculino mais valorizado que o feminino. Nesse aspecto, o feminismo de resistência surge como fruto de um entendimento sobre o gênero que busca desmistificar e destruir as classificações taxativas e restritivas, a partir da criação de força através da crítica.

4 FEMINISMO E OS ESTUDOS *QUEER*

Segundo Nádía Pino (2007), os estudos *Queer* surgiram na década de 1980 como uma corrente teórica questionadora das formas tradicionais de compreender as identidades sociais, especialmente motivados pelos pensamentos de Michel Foucault e Gayle Rubin. Provém teoricamente dos estudos gays e lésbicos, da teoria feminista, da sociologia do desvio norte-americana e do pós-estruturalismo francês, a partir de uma necessidade contemporânea de reavaliação crítica da política de identidades. Dentre teóricos mais destacados da Teoria *Queer*, podem-se citar: Teresa de Lauretis, Judith Halberstan, Michael Warner, David Halperin, Judith Butler, Steve Seidman, Eve Kosofsky Sedgwick e Beatriz Preciado.

Conforme Andrea Lacombe (2010), os debates teóricos inicialmente chamados *estudos gays/lésbicos* passaram a se chamar *estudos Queer*, termo, que em inglês, significa *torcido* ou *oblíquo*, o qual, numa tradução livre para o português seria mais apropriadamente vertido por *esquisita(o)*. Trata-se de uma palavra usada nos Estados Unidos e na Inglaterra para se referir a gays, lésbicas e transgêneros, denotando rejeição e repulsão. Fabiane Borges (2008) aponta o aumento das pesquisas *Queer* nos anos 1990 como resultado direto do descontentamento de algumas/uns teóricas/os com modelos explicativos utilizados largamente na compreensão das sexualidades, inclusive os adotados pelos movimentos feminista, gay e lésbico. Assim, a teoria *Queer* visou a balançar os conceitos de estabilidade, fixidez e coerência das identidades sexuais, fazendo-se amplo uso do pensamento pós-moderno, ao desafiar a noção de um sujeito

racional, livre, autônomo, centrado e soberano. Com isso, o movimento *Queer* objetivou permitir maior visibilidade às diferenças e aos diferentes, e de forma particular àqueles que vivem nas fronteiras e na ambiguidade das definições sociais.

A teoria *Queer* não se preocupa exclusivamente com a construção social da identidade, mas também “na hipótese da construção social, a identidade acaba, afinal, sendo fixada, estabilizada, pela significação, pela linguagem, pelo discurso” (SILVA, 2008). De fato, o pensamento *Queer* radicaliza o livre trânsito entre as fronteiras da identidade, por colocar em questionamento o que vem de fato a ser identidade, ao apostar na mobilidade e na possibilidade do cruzamento de fronteiras.

A Teoria *Queer* defende a realidade das identidades múltiplas e combinatórias, considerando qualquer visão de construção identitária específica arbitrária e excludente. Sendo assim, a teoria contesta a aceitação de uma identidade homossexual, preferindo trabalhar com os conceitos de transgressão e de rebelião permanentes. O objetivo aqui não é abandonar a identidade como categoria, mas mantê-la aberta e sujeita à contestação, ao se compreender que a categorização de sujeitos torna difícil uma verdadeira busca pela representação social (OLIVEIRA, 2006).

Graciela Barbero (2005, p. 44) explica que a teoria *Queer* “é o movimento de resistência às normas e determinações sociais que pretendem disciplinar o erotismo com regras rígidas e preestabelecidas”. A origem dos seus estudos está na superação dos atos normativos que tendem a fixar identidades, colocando as lésbicas e os gays em modelos fechados de identificação e de subjetivação. Esta perspectiva teórica defende as possibilidades da sexualidade em todas as suas vivências, rompendo com o círculo vicioso das repetições ligadas aos atos preconceituosos que rondam as questões sobre a homossexualidade. Assim, o errado, o estranho e o bizarro, que passaram tanto tempo predominando nos discursos e nos atos das pessoas, em relação a toda e qualquer prática sexual que não correspondessem às exigências da heterossexualidade, vai se dissolvendo e perdendo as suas forças.

Beatriz Preciado (2011) apresenta a teoria *Queer* como uma oportunidade de des-identificação ou negação de pessoas às categorias naturalizadas (mulher, homem, transexual, lésbica, homossexual, etc.), num processo de des-ontologização dos sujeitos e das políticas identitárias. Assim, o pensamento *Queer* propõe uma fluidez identitária, mesmo que essa des-identificação não seja, para Beatriz Preciado (2011), suficiente para reconverter as tecnologias da sexualidade e dos corpos.

As relações instituídas pelo gênero e os deslocamentos de poder identificados nas suas manifestações possibilitam uma verdadeira revisão sobre os lugares hegemônicos do masculino em detrimento do feminino e a apropriação da heterossexualidade como pólo de referência sobre a homossexualidade. Nesse sentido, a teoria *Queer* confronta e contesta, principalmente, a heteronormatividade compulsória e suas formas de impor práticas sociais e pessoais, baseadas na fixidez e no engessamento de ações limitadas e limitadoras, defendendo que no lugar em que existe um corpo, há também uma pessoa que espera expressar seus sentimentos, seus afetos e vivenciar a sua sexualidade de forma mais plena (SILVA, 2008).

Um outro aspecto em que se ancoram as ações afirmativas dos estudos *Queer* seria o esforço teórico-político pela legalização dos direitos destas categorias sociais. Portanto, essa teoria questiona exatamente aquilo que a tradição das sociedades ainda insiste em manter vivo: “a tradicional divisão entre hetero e homossexualidade, as identidades e as categorias sexuais, as relações entre sexo e poder, os gêneros como variações culturais” (BARBERO, 2005, p. 41), colocando em xeque todas as “verdades” construídas ao longo do tempo em torno da normatização da heterossexualidade.

A perspectiva *Queer*, voltada às questões das sexualidades, possibilitará a realização de reflexões diversas para uma configuração familiar que está em permanente devir. Assim, a família estranha e diferente passa a ocupar novos lugares sociais, preparando as pessoas para a construção de novos cenários no campo das famílias e das próprias homossexualidades.

Em sua relação com o feminismo, o movimento *Queer*, segundo Salomé Coelho (2009), pode apresentar-se como uma “reconfiguração, re-significação e re-citação das sexualidades, a des-ontologização dos sujeitos”, de modo a abalar a atual forma de se pensar o gênero e suas categorias. Deve-se confrontar reflexivamente o próprio feminismo em relação às diferenças silenciadas em sua atividade quanto ao sujeito político mulher, caracterizado como hegemônico e heterocentrado, a fim de viabilizar sua renovação.

De acordo com Judith Butler (2003), a Teoria *Queer*, quando relacionada com o feminismo, tem como bases a crítica a alguns grandes temas, como o problema do termo *mulher*, a utilização dos conceitos de sexo e do gênero no cerne do feminismo e a heterossexualidade como paradigma do feminismo.

Assim, a utilização do termo “mulher” como sujeito do feminismo gera grande controvérsia, na medida em que implica a presunção de uma identidade. Categorizar

alguém como mulher não é o suficiente, pois esse alguém vai muito além do gênero que lhe é previamente imputado. Primeiro pelo fato da abordagem acerca do próprio gênero e suas características variar no curso da história e de uma sociedade para outra, segundo por ser uma questão que se relaciona com outros temas, como raça, classe e orientação sexual. Portanto, não faz sentido, para a autora, estabelecer uma fundamentação universal para o feminismo, ou para qualquer outro movimento de minorias. É inviável a defesa de uma identidade universal que ultrapasse as diversas barreiras culturais e faça frente a um único inimigo, configurado por uma forma de patriarcado igualmente universal, que sempre esteve presente.

Judith Butler (2003) questiona a identidade como sendo uma descrição da realidade, de uma condição específica, ou se ela é uma imposição normativa, um mecanismo responsável por garantir a perpetuação do sexo e do gênero de uma forma bastante estável. As práticas que regulamentam o sexo ditam uma suposta verdade sobre ele e sobre o gênero para formar identidades que sejam coerentes. Nesse sentido, a fundação do desejo heterossexual exige uma relação de oposição, e discretamente assimétrica, entre o feminino e o masculino, criações culturais para atribuir determinadas características às fêmeas e aos machos como inatas. Esse modelo serve para medir quais identidades existem e quais não devem existir, impondo regras e significados para as formas de sexualidade. A heterossexualidade entendida como algo natural e compulsório no ser humano induz a uma sexualidade dual, na qual feminino e masculino se diferenciam e se desejam, conectando os termos sexo, gênero e desejo.

A identidade, para Judith Butler (2003) não somente garantiria a perpetuação da espécie, mas também uma determinada estabilidade para continuar existindo, caso contrário a estrutura social seria abalada. Em vista disso, existe um choque quando alguns aparentam um determinado sexo, mas não se conformam às regras culturais atribuídas a eles, a exemplo dos homoafetivos, mas também de quaisquer mulheres ou homens heterossexuais que venham a questionar os papéis atribuídos a cada um deles de forma determinista pela identidade, pelos modelos feminino e masculino.

A teoria *Queer*, quando trabalhada pelo Feminismo, convida seus militantes e estudiosos a confrontarem suas próprias ideias com a possibilidade de essas estarem apoiando as lógicas opressivas, ao invés de combatê-las, no momento em que baseiam suas políticas em identidades e práticas discursivas que deixam de questionar os mais recentes mecanismos de exclusão. O desafio que as abordagens *Queer* colocam aos feminismos é o de abandonar o binário “natural” (mulher/homem) ou definições

baseadas nas práticas (homossexuais/heterossexuais) para passar a basear-se e a atuar com “uma multiplicidade de corpos que se erguem contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais” (PRECIADO, 2011).

Uma das facetas da teoria *Queer* é sua capacidade de questionar a identidade de gênero, isto é, a forma como mulheres e homens são socialmente construídos e vivem sua sexualidade. Quanto a isso, Judith Butler (2003) apresenta o conceito de *performatividade*, que tem como foco explicar que a identidade sexual não fica contida pelos processos discursivos que tentam fixá-la, sugerindo que pensemos as práticas reguladoras de formação e divisão de gênero como constituintes da identidade. Para a autora, a identidade de gênero nada mais é do que uma ficção cultural, efeito performativo de atos reiterados dos regimes sexuais regulatórios em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero, cujo maior objetivo é aparentar uma suposta uniformidade e coerência com a matriz heterossexual. Para Judith Butler (2003), as pessoas são aquilo que sua suposta identidade define que elas sejam, porém, as mesmas limitações impostas pela matriz heterossexual convertem-se em possibilidades de transgressão dessas fronteiras.

Assim, o projeto feminista, um feminismo realmente *Queer*, deve retrabalhar o conceito naturalizado de diferença sexual, precisa passar por uma verdadeira reinvenção, um choque epistemológico em suas bases, de forma a se adequar a um ponto de vista no qual os sujeitos individuais serão criadores de si próprias e próprios que se permita uma análise do gênero transversal, estruturando modos de pensamento e conhecimento (COELHO, 2009).

Com isso, faz-se mister que a contemporaneidade conviva harmoniosamente com aspectos da modernidade, tais como identidades. É preciso que haja uma negociação entre esses dois movimentos, uma vez que a contemporaneidade não está plenamente instaurada e que esta possibilidade, pelo menos ainda, não é vislumbrada. Estamos e talvez permaneçamos nessa convivência por longos anos, e o que se apresenta como maior demanda em tempos atuais é a necessidade de saber como fazer esta convivência, pois ela se apresenta como inevitável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito importante para o campo dos Estudos de Gênero, além de continuar vigoroso nas desconstruções dos binarismos que o pensamento moderno nos coloca e de desnaturalizar processos históricos antes vistos como naturais, é também explorar o

construto da sexualidade nas significações que lhe são atribuídas e nas estratégias que diversos grupos exercem sob as chamadas minorias através deste campo.

Reconhecer a sexualidade como um campo político, e onde talvez seja exercido maior controle e opressão aos sujeitos inferiorizados na escala da hierarquia sexual, deve fazer parte das ações dos movimentos feministas, e não mais ser vista como fenômeno secundário ou de menos relevância.

Se por um lado, houve muitas conquistas no que se refere à vida pública (e privada), por outro não foi desassociado de certa manutenção e repressão da sexualidade das mulheres; seja através da super-exposição (traduzindo corpos em mercadorias para consumo), seja pela sacralização do seu sexo (atribuindo potenciais divinos às suas funções sexuais), o que ainda se vê com bastante amorismo é uma compreensão da sexualidade ou muito restrita limitando-se à temática do sexo ou deveras complicada por tratar apenas questões de cunho comportamentais.

Graças à interseccionalidade de outros campos de estudos, o feminismo pôde enriquecer sua discussão sobre a sexualidade e vislumbrar outras possibilidades e mecanismos para a compreensão desta área. Bastante diferente de como era vista por algumas teóricas feministas, como sub-produto do patriarcado, a sexualidade tem conquistado espaço nos debates e nas rodas feministas, não mais vista como fenômeno secundário ou de menos importância.

Esse movimento precisa continuar acontecendo ciente das suas limitações devido também ao longo período em que o Feminismo ‘silenciou-se’ no tratante à sexualidade, mas, e principalmente, aberto às contribuições de outras áreas do saber. Assumindo uma postura madura, sem reações de resistências ou que colaborassem com a pouca articulação ainda presente em muitos círculos de discussão feminista.

REFERÊNCIAS

BARBERO, Graciela Haydee. **Homossexualidade e perversão na psicanálise: uma resposta aos Gay & Lesbian Studies**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COELHO, Salomé. Por um feminismo *Queer*: Beatriz Preciado e a pornografia como pre-textos. **Ex æquo**, Porto, n.º 20, p. 29-40, 2009.

COSTA, Claudia Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, Florianópolis, v. 11, p. 127-140, 1998. Disponível em: <[http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998\(11\)/Costa.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998(11)/Costa.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2011.

CONCEIÇÃO, Antônio Lima da. **Teorias feministas**: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. **RBSE** 8(24): 738-757, Dez 2009.

DE BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Vol.2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

DE LAURETIS, Teresa. **Queer Theory. Lesbian and Gay Sexualities in Differences** volume 3, number 2, 1991, iii a xviii.

DUARTE, Luis Fernando Dias. A sexualidade nas Ciências Sociais: leitura crítica das convenções. In: GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana e CARRARA, Sérgio (org). **Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 39-80.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GROSZ, Elizabeth. **O Futuro da Sexualidade Feminina**: O Acontecimento da Diferença Sexual. **Labrys estudos feministas** n. 4 ago. /dez. 2003.
HITA, Maria Gabriela. Igualdade, Identidade e Diferença (s): feminismo na reinvenção de sujeitos. In: Buarque de Almeida, Heloísa et al. (orgs). **Gênero e Matizes**. São Paulo: EDUSF, 2002.

KOFES, Suely. Categorias, analítica e empírica: Gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. **Revista Pagu**, Florianópolis, nº. 1, p. 19-30, 1993. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/03112009-103456kofes.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2011.

MACKINNON, Catherine. Feminism, Marxism, Method, and the State: An Agenda for Theory. **Signs**, Vol. 7, No. 3, **Feminist Theory**, (Spring, 1982), pp. 515-544. Disponível em: http://www2.law.columbia.edu/faculty_franke/Certification%20Readings/catherine-mackinnonfeminism-marxism-method-and-the-state-an-agenda-for-theory1.pdf Acesso em: 20 out. 2011.

LACOMBE, Andrea. **Ler [se] nas entrelinhas**. Sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins. 2010. 192 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Caroline Schweitzer de. Assumir-se lésbica: desafios e enfrentamentos. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7: GÊNERO E PRECONCEITOS. Santa Catarina, 2006. **Anais...** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/C/Caroline_Schweitzer_de_Oliveira_20.pdf>. Acesso em: 22 out. 2011.

PARKER, Richard. Cultura, economia, política e construção social da sexualidade. In LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 125-150.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. A teoria *Queer* e a Reinvenção do corpo. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 27, p. 469-477, jul.-dez. 2006.

PINO, Nádia P. A teoria *Queer* e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 149-174, 2007.

PRECIADO, Beatriz. **Multidões queer**: notas para uma política dos “anormais”. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(1): 312, jan.-abril/2011

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 21-41.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the Politics of sexuality. In VANCE, Carole. **Pleasure and danger**: exploring female sexuality. Pandora Press, (1984) Tradução: Pensando o sexo: notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade, por Felipe B.M. Fernandes.

RUBIN, Gayle. Tráfico sexual – entrevista. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 21, p.157-209, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFIOTTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SILVA, João Ricard Pereira da. **Parentalidades e conjugalidades em uniões homoafetivas femininas**. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

VANCE, Carole. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis* – **Revista de Saúde Coletiva** v. 5, n. 1, 1995. p. 07-31.